

1

**ATA DO CONSELHO FISCAL**

2

3 No dia oito de março de dois mil e dezessete, às oito horas e trinta minutos, estiveram  
4 reunidos no Instituto de Previdência do Município de Rio Claro em reunião extraordinária os  
5 membros do Conselho Fiscal **Adriana Sarti, Maria Aparecida Felisbino de A. Norberto,**  
6 **Mariangela de Lourenço Berzaghi Dagnoni, Nelson Leme da Silva Junior e Regina Siqueira**  
7 **Masson, participaram da reunião a Diretora interina Financeira e Contábil Elisabete Wenzel**  
8 **o assessor administrativo Eduardo C. Lima:** iniciou-se a reunião com o conselheiro **Nelson**  
9 relatando que esteve, juntamente com o conselho deliberativo, na Delegacia fazendo na  
10 polícia judiciária um novo boletim de ocorrência referente aos atrasos já apontados  
11 anteriormente. Contou que recebeu uma ligação da conselheira do deliberativo Rosemeire  
12 para saber se ele assinaria junto a denúncia, e que respondeu que sim; relatou que assinou e  
13 recebeu uma cópia. **Adriana** diz que **Elisabete** informou que haviam feito o pagamento no dia  
14 posterior. **Maria Aparecida** diz que então ela deve repassar os comprovantes para o conselho.  
15 **Nelson** relata à conselheira **Maria Aparecida** que na última reunião, em que ela não esteve  
16 presente, não foi feita nenhuma deliberação apenas análise do balancete, como combinado  
17 com o grupo, de que as deliberações seriam sempre feitas com a presença de todos. **Nelson**  
18 diz que estará sendo feita nesta reunião as ressalvas do mês analisado (mês onze), conta que  
19 foram feitos alguns apontamentos para constar em ata (atrasos e pagamentos: ata anterior),  
20 fez um breve relato para a conselheira **Maria Aparecida** e após informou que iniciaria a  
21 conferência do mês doze de dois mil e dezesseis. **Eduardo** solicita que possa passar a parte  
22 dele antes de iniciar com o balancete, pois tem um compromisso médico, diz que está com as  
23 notas de água, combustível e serviços e que gostaria de entregar um ofício e as chaves do  
24 armário disponibilizado para o conselho fiscal. **Nelson** solicita que deixe a pasta para análise.  
25 **Nelson** informa que **Eduardo** está entregando uma cópia do ofício protocolado na polícia  
26 judiciária e as chaves do armário disponibilizado ao conselho; **Nelson** continua relatando que  
27 foi questionado por alguns servidores sobre como estaria a situação do IPRC, se o instituto  
28 estaria necessitando deslocar servidores da prefeitura para fazer limpeza e que o instituto  
29 estaria em total abandono. **Nelson** diz que conversou com a conselheira **Regina** e que ela disse  
30 que o instituto está em estado lastimável, há informação de que a funcionária da limpeza que  
31 trabalhava no instituto foi remanejada, **Nelson** continua dizendo que deverá haver uma ação  
32 conjunta dos dois conselhos para conscientizar o superintendente de que o concurso público  
33 precisa ser realizado. **Maria Aparecida** questiona se o Instituto já tem uma estrutura que  
34 prevê o cargo de serviços gerais. **Nelson** responde que sim, mas que não houve concurso para  
35 preenchê-lo, informa ainda que os funcionários tem consultado o site e que no dia anterior  
36 fizeram uma reclamação e ele solicitou que se reportassem ao conselho deliberativo e a  
37 pessoa respondeu que no site só haviam atas do conselho fiscal e **Nelson** explicou que já  
38 solicitou que todas as atas sejam publicadas, mas que não pode responder pelo outro  
39 conselho. **Mariangela** explica há um perfil do conselho deliberativo no face e que colocou no  
40 perfil do funcionário público que nossas atas estariam disponibilizadas no site e que qualquer

41 dúvida poderiam entrar em contato conosco, que não estaríamos fazendo informativos;  
42 solicitou à Rose, do conselho deliberativo, que fizesse o favor de divulgar no dela que seria  
43 desta forma e até hoje ela não colocou, demonstrando falta de coleguismo; solicitou então o  
44 mesmo ao conselheiro Daniel e divulgou aos seus próprios contatos do face e do whatsapp  
45 que demonstraram gostar da iniciativa. **Nelson** diz que também percebeu que estão acessando  
46 o site, pois estão preocupados com o parcelamento e o real valor da dívida, que considera que  
47 o superintendente deveria divulgar porque nem o conselho tem esta informação correta; diz  
48 que o acordo foi feito e não se sabe o valor. **Adriana** diz que no contrato de parcelamento  
49 consta o valor de cinquenta e um milhões e **Nelson** afirma que este não é o valor total da  
50 dívida e sim o valor apurado para parcelamento e que o valor total seria o que já foi parcelado  
51 mais este parcelamento. **Maria Aparecida** questiona por que o valor de outubro e novembro  
52 do patronal não foi incluído no parcelamento se foi assinado em dezembro. **Nelson** diz que  
53 **Elisabete** poderá responder quando chegar. **Regina** diz que é preciso saber o valor real da  
54 dívida para poder levar ao prefeito. Foi solicitada a presença de **Eduardo** e **Elisabete** para  
55 esclarecimentos. **Nelson** explica para **Elisabete** que foi questionado sobre o valor total da  
56 dívida e que acredita que se somados todos os parcelamentos estaria passando da casa dos  
57 oitenta milhões então gostaria que ela respondesse este questionamento e por que ficou para  
58 trás os meses de outubro, novembro e dezembro no último parcelamento. **Nelson** diz para  
59 **Eduardo** que considera importante que esta informação esteja no site e que as pessoas tem  
60 elogiado as divulgações que vem sendo feitas no mesmo por ele. **Elisabete** apresenta os  
61 valores devidos da prefeitura e da saúde, diz que os demais tem pago corretamente, diz que a  
62 prefeitura pagou o do servidor até janeiro, não devendo nada, patronal deve dezembro,  
63 décimo terceiro e janeiro e as transferências financeiras desde outubro (aposentadorias); da  
64 Fundação o do servidor está em dia, patronal desde outubro e transferência financeira só falta  
65 janeiro. **Eduardo** diz que estas informações ainda não estão no site. **Maria Aparecida** diz que a  
66 Fundação só ficou sabendo do atraso de outubro, novembro e dezembro quando chegou  
67 relatório informando e não entendeu porque não entrou no parcelamento. **Elisabete** explica  
68 que na época foi comentado que como o juiz homologou em outubro só poderia entrar a  
69 dívida referente até setembro, mesmo tendo sido assinado em dezembro, o que vale é a data  
70 em que o juiz homologou. Continua explicando que deste parcelamento dos cinquenta milhões  
71 a prefeitura deve janeiro e fevereiro e a saúde pagou janeiro e deve a parcela de fevereiro;  
72 **Elisabete** sugere que junto com este último parcelamento seja colocado o valor dos anteriores  
73 para chegar ao saldo devedor. **Nelson** diz que considera importante publicar um resumo de  
74 toda a situação da dívida. **Elisabete** acrescenta que há um outro porém que é o déficit atuarial  
75 que não está incluído no parcelamento. **Nelson** questiona se quando a advogada esteve no  
76 conselho ela não disse que estava tudo englobado. **Elisabete** diz que acredita que não, pois  
77 agora é aporte e não mais déficit, portanto a dívida deve incluir o aporte também. **Adriana**  
78 sugere que se chame o **Lineu** para explicar. **Eduardo** solicita que ele possa passar a parte dele  
79 antes de chamar o **Lineu**. **Elisabete** explica que estão constando todas as notas de novembro e  
80 dezembro, tirando a folha de pagamento, e que **Eduardo** está apresentando as de dezembro e  
81 janeiro que foram pagas em janeiro e que serão repassadas à ela quando da verificação das

82 contas de janeiro. **Eduardo** apresenta todas as notas de gastos de rotina do instituto: gasolina,  
83 padaria, produtos de limpeza, papyrus e da água para verificação. **Nelson** pergunta sobre uma  
84 licitação em que a Papyrus ganhou. **Eduardo** explica que houve uma prorrogação. **Nelson**  
85 pergunta qual a situação da Papyrus. **Eduardo** diz que como os gastos passaram de oito mil é  
86 feito uma relação de todos os produtos usados no ano, convidadas três empresas e das três a  
87 Papyrus apresentou o menor preço. **Nelson** diz que não considera muito consolidada a  
88 situação administrativa do instituto e como fiscalizadores do nosso dinheiro entende que o  
89 setor de licitação do IPRC deve ser melhorado, diz que carta convite nem sempre é a melhor  
90 modalidade a ser feita, que o pregão eletrônico é o meio mais transparente a ser empregado.  
91 **Maria Aparecida** diz que o pregão eletrônico ainda não está sendo usado pela prefeitura e que  
92 o presencial sim, que na Fundação só se faz o presencial e que todo ano há um registro de  
93 preços. **Nelson** defende que o Instituto deveria ter um setor consolidado para isto  
94 independente da prefeitura, com departamento de licitação, para maior transparência.  
95 **Eduardo** diz que só foi feita desta vez licitação devido ao valor. **Nelson** justifica que por ser um  
96 serviço continuado com a mesma empresa pode gerar desconfiança do Tribunal de contas.  
97 **Regina** diz que o que **Nelson** está dizendo é que o instituo cresceu e já há uma demanda para  
98 que tenha uma estrutura administrativa maior, justifica que em 2011 a realidade era outra e  
99 haviam mais funcionários, e de lá para cá não houve aumento de funcionários embora o fluxo  
100 de trabalho tenha aumentado muito. **Nelson** diz que uma prova disto é que antes a Papyrus  
101 atendia por compra direta e agora é preciso de licitação, pois o valor é maior, é preciso  
102 aprimorar esta situação para não causar uma impressão ruim para quem observa de fora. Há  
103 uma recomendação de todos que se faça pregão presencial. **Nelson** insiste no pregão  
104 eletrônico. **Eduardo** diz que para estas mudanças é preciso que se tenha uma estrutura de  
105 funcionários maior. **Nelson** pergunta se o xerox está incluído no serviço da Papyrus e **Eduardo**  
106 responde que não, que apenas o de encadernação. **Regina** esclarece que o instituto está  
107 precisando de muitas coisas, inclusive um balcão para atendimento, disse que inclusive brinca  
108 dizendo que saiu do instituto porque não tinha um balcão; solicitando para mudar o assunto,  
109 diz que o conselho deliberativo está fazendo um estudo para mudanças na Lei zero vinte e três  
110 (023) e posiciona-se contra, pois considera fácil “sentar no fundo do quintal” e mudar uma Lei  
111 que vai afetar a vida dos que estão trabalhando no dia a dia do instituto sem a participação  
112 dos mesmos, diz que considera que **Lineu** mais os funcionários do instituto é que deveriam  
113 propor as mudanças da Lei e apresentar ao conselho para discussão, informa que nem ela e  
114 nenhum funcionário foi convidado à participar da discussão que está sendo feita naquela sala  
115 pelo conselho deliberativo, informa que o que ouviu foi que estão tentando passar os cargos  
116 efetivos de diretores para comissionados e posiciona-se contra esta medida; diz que **Lineu**  
117 conversou com eles e justificou que principalmente o diretor financeiro tem que ser uma  
118 pessoa de confiança do superintendente. **Regina** justifica sua posição relatando a situação real  
119 do instituto: diz que a diretora interina financeira foi embora do Instituto no final do ano e  
120 quem a substituiu não ficou por falta de conhecimento e após veio a **Elisabete**, entende que  
121 numa situação de troca de superintendente também haveria troca de diretor financeiro que  
122 começaria aprender novamente, ficando o instituto prejudicado. Foi sugerido que se tenha um

123 técnico de carreira junto com o efetivo, que talvez fosse o ideal para que nunca ficasse sem  
124 ninguém que estivesse apta a continuar o serviço. **Regina** diz que está relatando uma situação  
125 vivenciada pelo instituto no final do ano, esclarece que chegando um novo superintendente,  
126 que poderá ser qualquer funcionário público que não é obrigado a entender de previdência ou  
127 aplicação financeira, que vai trazer alguém de sua confiança que também pode não entender,  
128 dificultando o trabalho dentro do instituto; diz que **Lineu** justifica dizendo que se o diretor  
129 financeiro fizer algo errado quem responde é o superintendente, o que diz não concordar.  
130 **Regina** continua dizendo que considera que o instituto está “à deriva” desde dois mil e onze,  
131 sem funcionários suficientes, e que não vai cooperar para passar uma Lei sem uma  
132 participação de todos. **Nelson** diz que uma mudança na Lei não compete a apenas algumas  
133 pessoas do conselho deliberativo, informa que estará enviando um ofício ao mesmo  
134 solicitando a participação nesta discussão. **Regina** diz que não considera nenhum dos  
135 conselheiros dos dois conselhos, aptos a mudar a Lei sem conhecer o dia a dia do instituto,  
136 que participar de uma ou duas reuniões mensais dentro do instituto dá a alguém condições de  
137 fazer esta mudança com conhecimento de causa. **Elisabete** diz que considera que diretor pode  
138 até ser comissionado desde que se tenha uma estrutura de efetivos também que acompanhe  
139 junto. **Adriana** concorda com **Elisabete** de que um diretor financeiro seja comissionado e de  
140 confiança do superintendente e outro seja de carreira do instituto para que sempre se tenha  
141 continuidade dos trabalhos, justificando que pela lei se houver algum erro do diretor  
142 financeiro quem responde é o superintendente até com os próprios bens e que considera  
143 prudente e mais seguro que duas pessoas respondam pelas ações. **Regina** e **Nelson** discordam  
144 e **Regina** diz que quem está respondendo por anos passados é o Rodrigo. **Eduardo** explica que  
145 porque ele é que tinha o CPA dez(10). **Adriana** diz que agora o superintendente é obrigado a  
146 ter e então fica sob sua responsabilidade. **Regina** diz que está no instituto desde dois mil e  
147 oito, ajudou a montar o instituto e é contra, pois vivenciou uma situação muito difícil no final  
148 do ano, como todos que trabalham dentro do instituto, que ninguém sabia fazer nada, que  
149 Gisele se apavorou e foi embora, **Elisabete**, que é mais calma e centrada, entrou aqui sem  
150 saber nada, pois a parte previdenciária é totalmente diferente da parte administrativa, relatou  
151 que no início do instituto ficou um ano, de manhã na prefeitura como diretora de RH e à tarde  
152 no IPRC, como ficou difícil optou por ficar no instituto, portanto não concorda e considera que  
153 uma mudança de superintendente acarretará muito transtorno. **Adriana** coloca que esta  
154 situação acontece sempre que há mudança de governo em toda prefeitura e que por este  
155 motivo defende que se tenham os dois: um comissionado e um de carreira para que não se  
156 interrompam os serviços. **Regina** coloca que para isto é preciso haver concurso. **Adriana** diz  
157 que concorda e que também acha que para mexer na Lei deveriam consultar quem trabalha lá.  
158 Fala-se sobre a necessidade da descrição dos cargos na Lei. **Regina** diz que já havia sido  
159 discutida e feita no conselho anterior e estava pronta. **Mariangela** diz que até havia  
160 participado. **Adriana** coloca que considera muito ruim que sempre que há mudanças de  
161 mandatos não se valoriza o que já foi feito e se começa de novo do zero como se nada tivesse  
162 sido feito. **Regina** coloca que também haverá problemas no setor jurídico porque o procurador  
163 que era responsável e fazia o favor de assinar os processos também saiu e segundo soube a

164 prefeitura não nomeará ninguém no lugar dele. **Mariangela** coloca que ouviu dentro do  
165 jurídico que havia uma assessora nomeada, Sra. Rosemari advogada, que estava ajudando a  
166 pessoa que saiu. **Nelson** informa que solicitará por ofício informações sobre esta situação ao  
167 conselho deliberativo, e coloca que espera que respondam e não façam como anteriormente  
168 ignorando o ofício, diz que seria melhor que os dois conselhos caminhassem juntos sempre e  
169 não apenas quando necessitam da sua assinatura para efetuarem alguma denúncia. **Nelson**  
170 coloca que está cobrando uma audiência pública do IPRC na câmara desde novembro do ano  
171 passado e não há resposta, considera que as informações deveriam circular entre os dois  
172 conselhos e não em face book e que se não mudar esta situação pensa que conversar com os  
173 funcionários sobre as mudanças seria um caminho. **Regina** coloca que as mudanças que estão  
174 precisando no instituto, nem o funcionário sabe direito, alega estarem precisando de mais  
175 funcionários, e modificações na estrutura. **Nelson** diz que o que o instituto precisa é de um  
176 administrador e não de um superintendente que entende só de aplicação financeira, que  
177 então o superintendente só cuide disso e coloque um gestor para cuidar do resto. **Regina**  
178 continua dizendo que para estas mudanças da Lei não precisariam consultar o funcionário,  
179 porque não vai afetá-lo em nada, pelo contrário só vai ajudar, relatou que tem sido procurada  
180 na administração com reclamações do tipo: “porque você saiu? A moça agora está sozinha!”;  
181 diz que está sendo culpada de uma estrutura no instituto e não pode falar que saiu porque  
182 cansou, que ama o instituto, mas está muito difícil; acredita que o instituto deve sentar e ver  
183 as necessidades e fazer as mudanças junto com os dois conselhos cada um argumentando  
184 sobre o que considera pertinente e chegar-se a um acordo; considera fundamental que as  
185 alterações saiam do instituto para os conselhos e não vice-versa. **Regina** relata que existem  
186 Leis complementares já feitas anteriormente e que chegava-se ao conselho com o projeto de  
187 lei e apresentava, os conselheiros opinavam e mandava-se para aprovação. **Regina** afirma que  
188 pessoalmente não tem nada contra o **Lineu**, mas considera que ele delibera muita coisa ao  
189 conselho, diz já ter falado muitas vezes que é necessário mudar a estrutura de assessores e  
190 colocar-se um jurídico dentro do instituto, vê que estas mudanças vão levar meses porque  
191 nem os membros do conselho estão chegando a um acordo. **Nelson** sugere que se contrate  
192 uma empresa especializada para montar uma estrutura administrativa. **Regina** discorda, pois a  
193 Lei zero vinte e três (023) já tem esta estrutura, não considera necessário gastar com isto,  
194 somente adequar a realidade de hoje. **Elisabete** coloca que hoje, ela, **Eduardo**, Rosivalda ou  
195 Elisângela não podem tirar férias ou ficar doentes, pois não haverá ninguém para substituí-las.  
196 **Regina** diz que algumas solicitações de **Elisabete** ainda não foram atendidas ainda por falta de  
197 tempo, que tem estado no instituto à noite para dar conta de tudo, mas não considera justa  
198 esta situação e que faz questão do registro de sua opinião. **Nelson** dá prosseguimento à  
199 reunião dizendo que serão fechadas as prestações de contas de novembro que ficou somente  
200 para assinaturas e ressalvas, e de dezembro que no dia de hoje foram analisadas e será  
201 assinada. **Maria Aparecida** pergunta se as ressalvas de outubro foram sanadas. **Nelson**  
202 responde que não, porque não foram encaminhadas as cópias de parcelamentos solicitadas e  
203 por este motivo serão reiteradas novamente e acrescentadas as seguintes: atraso do  
204 pagamento do servidor do mês doze e décimo terceiro salário de dois mil e dezesseis e janeiro

205 de dois mil e dezessete da prefeitura; Fundação devendo o mês de janeiro de dois mil e  
206 dezessete; atraso patronal da prefeitura dezembro, décimo terceiro e janeiro e saúde mês de  
207 janeiro. Depois de colocadas as ressalvas todas as contas foram aprovadas e assinadas por  
208 todos. **Nelson** diz que quanto às solicitações feitas à **Elisabete** do mês de dezembro todas  
209 foram atendidas e os documentos solicitados entregues e foram analisadas as contas.  
210 **Elisabete** fez algumas explicações sobre datas de pagamentos e juros e confirmou que  
211 realmente o aporte não está incluído no parcelamento feito como havia dito anteriormente e  
212 que fará o levantamento da dívida com o aporte; explicou que o parcelamento foi assinado em  
213 vinte e sete de dezembro e o aporte venceria em trinta e um de dezembro, portanto não havia  
214 vencido na data da assinatura, por este motivo não entrou no acordo. **Regina** explica que  
215 todos os entes estão perdidos quanto ao valor do aporte e que a mudança foi feita na  
216 prefeitura e ninguém está entendendo muito bem como calcular o valor. **Elisabete** relata que  
217 na ocasião do acordo ninguém comentou que o aporte não estava incluído. **Nelson** pontua que  
218 no mês doze serão aprovadas as contas com as seguintes ressalvas, em virtude dos atrasos de  
219 todos os entes, exceto do Arquivo e Câmara: aguardando do IPRC a dívida total dos entes  
220 empregadores e a consolidação da dívida total de todos os parcelamentos e aporte do cálculo  
221 atuarial até trinta e um de dezembro de dois mil e dezesseis e espelho mensal dos  
222 empregadores referentes ao extratos das contas individuais. Foi encerrada a reunião e eu  
223 **Adriana** Sarti lavrei a presente ata que será assinada por todos os presentes e as gravações  
224 estarão disponibilizadas no Instituto junto com as atas para quem se interessar de ouvi-las na  
225 íntegra.: \_\_\_\_\_

226 \_\_\_\_\_  
227 \_\_\_\_\_

228